

KUPFER, D. Mais do mesmo? *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 12/12/2007.

---

## **Mais do mesmo?**

12/12/2007

Como todo ano, 2007 está se aproximando do seu final em meio a notícias positivas e negativas, dando margem à já surrada retórica das previsões econômicas. No caso, as boas notícias vêm do comportamento da economia, que faz com que esse ano lembre 2004 devido ao ótimo desempenho de produção, renda, comércio exterior, emprego, produtividade e investimento. Por sua vez, as más notícias vêm das políticas macroeconômicas, que fazem com que esse ano também lembre 2004 - nesse caso, em vista da velocidade com que o Banco Central está reagindo aos sinais de repique inflacionário, interrompendo a trajetória de queda das taxas de juros, a despeito do elevado preço que esse modelo de gestão macroeconômica, apoiado na manutenção de baixo dinamismo do mercado interno, já cobrou em termos de desestímulo ao desenvolvimento brasileiro.

Não há dúvida de que as duas últimas décadas foram marcadas por profundas alterações no ambiente macroeconômico, na inserção internacional e na organização da produção predominantes na economia brasileira. Embora, em tese, tais mudanças possuam um enorme potencial de transformação da estrutura produtiva nacional, o que pode ser observado, porém, é um virtual congelamento dessa estrutura, fruto da ausência de fôlego da política econômica na promoção do crescimento econômico.

Não é fácil montar séries longas de dados sobre produção e emprego em vista do surgimento de novos produtos e atividades, de mudanças nas classificações e nas metodologias, da inevitável dança dos preços relativos dos bens e salários e assim sucessivamente. Como é sabido, em março de 2007 o IBGE divulgou as novas contas nacionais, incorporando importantes mudanças estatísticas com o objetivo de modernizar conceitos e utilizar mais amplamente as informações das suas demais pesquisas. Se vantajosas no plano da produção das estatísticas econômicas, a revisão do sistema de contas nacionais gerou as habituais dificuldades de correlação entre as séries de dados anteriores e posteriores.

Visando construir uma série encadeada que permita a análise do padrão de mudança estrutural de longo prazo percorrido pela economia brasileira, realizamos no GIC-IE/UFRJ um esforço de encadeamento das séries disponíveis no Sistema de Contas Nacionais por intermédio de um procedimento de retroposição de dados, similar ao adotado pelo próprio IBGE, que é baseado na variação célula à célula dos valores registrados nas tabelas de recursos e usos calculadas a preço básico do ano anterior. Dessa forma, foi possível encadear os dados das contas nacionais desde 1985 até 2004, obtendo-se um banco de dados que possibilitará estimar as relações estruturais de longo prazo da economia brasileira.

Um primeiro resultado proporcionado por esse esforço estatístico é o referente à evolução da composição do Produto Industrial e do Pessoal Ocupado na Indústria entre 1985 e 2004, sintetizado na tabela adiante reproduzida. Quando se observa a composição do valor adicionado, verifica-se que houve um avanço da participação dos setores produtores de commodities, sejam elas agropecuárias (complexo soja, carnes) ou industriais (mineração, siderurgia, celulose, petroquímica), dando suporte aos estudiosos que vêm afirmando que está em curso um processo de especialização da indústria em produtos baseados em recursos naturais. No entanto, a participação do conjunto de setores de Alta e Média Tecnologia (material de transporte, mecânica, eletrônica) não recuou nos 20 anos cobertos pelos dados, não corroborando a tese desses mesmos estudiosos de que a especialização é regressiva, pois estaria ocorrendo em detrimento dos setores de maior conteúdo tecnológico. Já os fabricantes de insumos industriais, embora não tenham enfrentado um período muito favorável, conseguiram manter o ritmo de geração de valor adicionado em níveis próximos aos da média da indústria. Inquestionável, no entanto, é a perda de peso dos ramos da indústria tradicional voltados para o suprimento de bens de consumo não durável (alimentos, complexo têxtil-calçados, móveis), que recuaram de 22% para 15% nos últimos vinte anos.

Porém, é quando se observa a evolução da composição do pessoal ocupado que a mudança estrutural mostra-se muito menos acentuada, ou mesmo, quase nenhuma, reforçando a idéia de que o Brasil vive um longo período de rigidez estrutural. Essa constatação não decorre da observação da trajetória dos setores produtores de commodities, pois esses, embora tenham prosperado, são capital-intensivos e têm baixa capacidade de criação de novos empregos. É no outro extremo, nas indústrias tradicionais produtoras de bens salário, que a despeito da importante contração da participação na geração de valor permaneceram responsáveis pelos mesmos 47% dos empregos industriais totais, que está o problema: significa que a maior parte dos empregos está em setores que vêm apresentando uma evolução da produtividade muito abaixo da média da indústria.

Sabe-se que esse quadro indesejável deve ser em parte atribuído a um efeito-demanda, que se contraiu devido ao comportamento pouco dinâmico do consumo interno nos 20 anos analisados e, em parte, a um efeito-competitividade, que se deteriorou em vista de inúmeras razões, dentre as quais certamente sobressai a apreciação cambial que predominou em boa parte desses anos. Quanto foi a contribuição de cada um desses efeitos na explicação do desempenho tão negativo é tema que requer estudos adicionais. Sabe-se, no entanto, que esse comportamento revela os altos custos que o eterno freio imposto à demanda doméstica vem trazendo para a economia brasileira. O fato é que, ao longo de 2007, o debate concentrou-se na discussão dos impactos da apreciação cambial e esqueceu de contabilizar a igualmente importante influência que o baixo dinamismo da economia vinha e poderá vir novamente exercer sobre os des